

SERJUSMIG



Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

AGE vai deliberar os rumos da greve



Proposta do TJMG que concede data-base 2015 será votada em Assembleia do dia 21/11

TJMG insiste em negar direitos decidem pela manutenção

Centenas de Servidores presentes à AGE do dia 14/11 avaliaram a proposta do TJMG apresentada aos Sindicatos SERJUSMIG, SINJUS e SINDOJUS na noite de 13/11 e a recusaram por unanimidade. A proposta de substituir a data-base (Lei 18.909), conquistada pelos Servidores no ano de 2010 por um abono - que não recompõe perdas salariais - já havia sido rejeitada pelos Servidores presentes à AGE do dia 17/10/2015.

Tal posicionamento, mantido pela categoria nas AGEs subsequentes, foi devidamente comunicado ao TJMG, por mais de uma vez, por meio de ofícios, nas manifestações públicas, no site do Sindicato, na reunião informal realizada conjuntamente entre SERJUSMIG, SINJUS e a desembargadora Sandra Fonseca (relatora da Ação Civil Pública proposta pelo Estado contra a greve da 2ª Instância) na noite do dia 12/11 e, ainda, na reunião de 13/11.

Em suas declarações durante o encontro com a equipe de interlocução, as lideranças sindicais anteciparam que voltar às suas bases com uma proposta que pura e simplesmente desconsidere a Lei 18.909/2010, para substi-



Categoria rejeita proposta feita pelo TJMG, de substituir recomposição salarial por abono, e delibera continuidade da greve na AGE de 14/11

tuí-la por um abono, não tinha chances de ser acatada pelos Servidores. Mas os interlocutores informaram não haver possibilidade de se avançar nesta questão. Mais uma justificativa foi apresentada pela equipe do TJMG para a negativa: um acordo teria sido firmado entre os demais Órgãos e Poderes do Estado no sentido da não concessão de recomposição salarial, o qual o presidente do Tribunal não poderia descumprir.

CASO O TJMG NÃO CHEGUE A UM ACORDO COM OS TRABALHADORES DA CASA, NOVAS AGEs JÁ ESTÃO MARCADAS

Novas Assembleias são preventivamente convocadas para o caso de o TJMG insistir em não conciliar com seus Servidores. A categoria já apresentou várias propostas na tentativa de que um acordo seja firmado e com isso, o impasse estabelecido tenha fim. Mas, para o caso de não se chegar a este acordo, a categoria estará preparada para prosseguir na luta até quando for necessário.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGEs SERJUSMIG

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso, II, IX e X, artigo 3º, inciso I, artigos 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, g, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os Servidores da Justiça de 1ª Instância, Sindicalizados ou não, para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada no dia 05/12/2015, caso a AGE de 21/11 vote pela continuidade da greve, às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Rua Rodrigues Caldas, 30), Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, para debaterem e deliberarem sobre eventual nova proposta apresentada pelo TJMG e o movimento grevista da categoria, definindo por sua continuidade ou não; em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. No caso de decisão, na AGE de 5/12, pela continuidade da greve, fica desde já convocada nova AGE para o dia 12/12/2015, às 9h30 em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Rua Rodrigues Caldas, 30), Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, para avaliarem e votarem eventual nova proposta apresentada pelo TJMG e debaterem e deliberarem sobre a continuidade ou não do movimento grevista. Em caso de decisão pela continuidade, se será geral ou parcial, por tempo determinado ou indeterminado. As assembleias poderão ser antecipadas por motivos urgentes ou a critério da diretoria do SERJUSMIG.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2015.

(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Luiz Fernando Souza; **2º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **3º Vice-Presidente:** Luzimar Silva Nunes Gontijo; **Sub-Diretor Secretário:** Juliano Ribeiro da Cunha; **Diretora Financeira:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Théo Lellis Alves Nardelli; **Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretora Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Adalton Couto do Carmo.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º) Antônio Anselmo de Sousa; 2º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 3º) Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º) José de Queiroz Toledo; 5º) Luciano César; 6º) Tadeu José da Rocha.
SUPLENTEs: 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º) Jorge Antônio de Almeida; 4º) Wellington Quintiliano.

Jornalistas responsáveis/ Editoras: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Diagramação e Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores

Impressão: Gráfica Formato

Tiragem: 11.000 exemplares

www.serjuszmg.org.br

e, em AGE de 14/11, Servidores do movimento grevista

Os Sindicatos reiteraram a disposição em negociar um índice, dentro das possibilidades orçamentárias do TJMG, a ser complementado futuramente quando o Estado estivesse em uma situação orçamentária melhor. Neste caso, o Tribunal aplicaria um índice menor do que o reivindicado pelos Servidores (dentro do limite orçamentário disponível), compensaria provisoriamente essa perda com um complemento (ao índice da data-base 2015) via abono e, futuramente, em um cenário orçamentário melhor, essa perda seria recomposta por meio de novas negociações. Entretanto, os interlocutores foram taxativos em dizer que não havia espaço na reunião para contraproposta a essa questão (data-base), independentemente de índice.



Negociação com equipe de interlocução, realizada na noite de 13/11, não avançou e categoria decidiu em AGE pela continuidade do movimento

De acordo com a proposta do TJMG, a data-base (Lei 18.909/2010) **não seria cumprida. Seria substituída por um abono.** E, no início de 2016, a Casa enviaria um Projeto de Lei à ALMG instituindo um reajuste para o ano de 2016, reajuste este não atrelado à Lei da data-base 2015 (já que a data fixada na Lei - Data-Base - é 1º de maio). Seria um reajuste concedido pelo Tribunal relativamente a 2016 e um abono em referência a 2015.

A proposta também não contemplou a reivindicação do auxílio-saúde para ativos e aposentados, o direito de grevistas compensarem os dias parados em greve, a gratificação aos Escrivães e Contadores e um maior investimento nos recursos destinados à PV. No caso destes dois últimos, os interlocutores justificaram que a ideia era tratar ali sobre itens comuns às três entidades, sem, com isto, negar prosseguimento às discussões de cada sindicato.

Continuidade da greve em votação

Uma vez discutida em AGE e rejeitada a proposta do TJMG, a continuidade ou não da greve da categoria foi colocada em votação. Por unanimidade, os Servidores presentes manifestaram disposição em resistir e permanecer na greve enquanto fosse necessário, em defesa da pauta da categoria. Mais do que isso, firmaram compromisso de cada um se tornar, além de um grevista, um mobilizador, trazendo mais colegas para o movimento, a fim de fortalecê-lo e, assim, a categoria poder colher mais rapidamente os frutos da vitória.

Foram feitos relatos de que processos começam a se acumular nas mesas dos Servidores e que juízes reclamavam do pouco encaminhamento de processos para seus gabinetes. Obviamente, em uma greve essa situação é inevitável, pois um número reduzido de Servidores (plantonistas) não tem como dar conta de todo o serviço e, por isso, são priorizadas as urgências e necessidades inadiáveis da sociedade.

AINDA TEM DÚVIDAS?

Diante de qualquer dúvida, leia no site do SERJUSMIG a cartilha e as orientações sobre a greve, assista ao último vídeo do curso de formação sindical (também disponível no site) ou envie mensagem para o e-mail: greve2015@serjuszmg.org.br

MOBILIZAÇÃO NAS COMARCAS



Pouso Alegre



Varginha

Atos públicos mostram disposição da



Ato público de 11/11 reuniu cerca de 600 Servidores em frente ao Palácio da Justiça

Em uma semana movimentadíssima, os Servidores da 1ª Instância mostraram que, mais do que indignados, estão mesmo dispostos a lutar o quanto e enquanto necessário for para defender seus direitos. Os dirigentes do SERJUSMIG Sandra Silvestrini, Rui Viana e Antônio Costa percorreram diversos postos de trabalho a fim de conscientizar e mobilizar Servidores que ainda não haviam aderido ao movimento. Para tanto, contaram com a companhia e o apoio de vários grevistas.

Mesmo após um mês de paralisação, a greve ganhou ainda mais força. Exemplo claro dessa energia pôde ser visto na quarta-feira dia 11/11, em um ato público conjunto promovido pelo SERJUSMIG e pelo SINJUS, que lotou a entrada do Palácio da Justiça, no Centro de Belo Horizonte. Depois de mais de duas horas de protestos, o grupo, formado por centenas de Servidores, fez uma caminhada em torno do quarteirão e voltou a se manifestar na sede do TJMG, na Rua Goiás. Ao longo do protesto, eles gritavam palavras de ordem, como: **“Conciliar é legal, então, concilia, Tribunal!”**



No dia 11/11, Servidores marcharam em passeata do Palácio da Justiça até a frente da sede do TJMG

Condolências

Durante o ato público do dia 11/11, os Servidores depositaram flores nas escadarias do Palácio da Justiça, acompanhadas por cartões nos quais manifestaram o sentimento que nutrem atualmente pelo TJMG. As percepções que prevaleceram nos cartões foram de desvalorização e de desrespeito. “Tive muito orgulho quando passei no concurso. Hoje tenho vergonha de ser Servidora do TJMG”, dizia um deles.

No dia 12/11, a presidente do SERJUSMIG voltou a se reunir com escrivães lotados na Comarca de Belo Horizonte e reafirmou a importância da participação de todos eles no

fortalecimento da greve. A maioria dos Escrivães manifestou apoio integral e passou a estampar este apoio no peito, afixando o adesivo fornecido pelo Sindicato que diz: “Sou Escrivão e apoio a greve!”.

Um mês

No dia 13/11, um ato marcou os 30 dias de greve da categoria, período marcado também pela inflexibilidade da atual Administração do TJMG em negociar com os sindicatos.

Os Servidores e os sindicalistas presentes criticaram a postura intransigente do TJMG, que só contribuiu para que o conflito com seus trabalhadores se estendesse por mais tempo e para que a imagem do Poder seja enfraquecida também perante à sociedade, ao invés de efetivamente procurar solucioná-lo. **“Vamos conciliar, Tribunal de Justiça! Venha ouvir seus trabalhadores”**, pediam em coro os manifestantes.



Mensagens em 11/11 expuseram categoria em



Dia 13/11 Servidores se reuniram em frente ao Fórum Lafayette, em um ato que marcou o 30º dia de greve

a categoria em defender seus direitos

Escrivães

Os escrivães voltaram a se reunir no SERJUSMIG no dia 17/11 para, além de se informarem melhor sobre os assuntos relacionados à gratificação da classe (implementação da Lei 20.865/2013), também ouviram esclarecimentos sobre a falta de avanços nas negociações da pauta com o TJMG e a importância de fortalecer o movimento.

Sendo assim, os presentes marcaram uma manifestação para o dia 20/11, em frente ao Fórum Lafayette, onde expuseram à sociedade e aos colegas seu apoio irrestrito ao movimento.



Dia 17/11 os escrivães voltaram a se reunir no Sindicato e decidiram organizar uma manifestação no dia 20/11

Ato conjunto reúne Servidores na ALMG

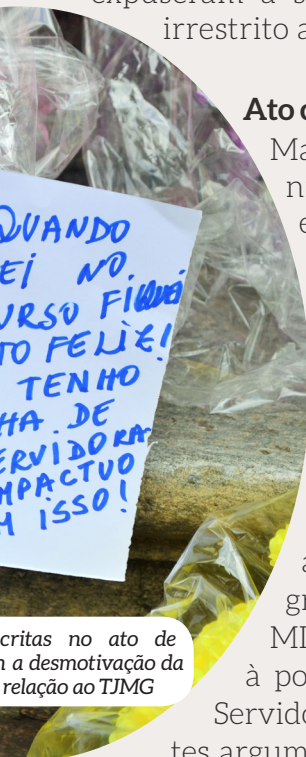
Mais um ato público conjunto, que reuniu Servidores do Tribunal de Justiça e do Ministério Público de Minas Gerais, movimentou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais na quinta-feira, 19/11. Unidos em torno de pontos comuns em suas pautas de reivindicações – como o direito ao reajuste salarial anual (data-base 2015), que vem sendo negado a ambas as categorias, além do exercício legal do direito de greve, dirigentes sindicais do SERJUSMIG, SINJUS e SINDSEMP exibiram à população todas as injustiças que os Servidores vêm sofrendo. Os manifestantes argumentavam que não é possível tolerar dois pesos e duas medidas por órgãos que deveriam zelar pela licitude do Estado.



Ato conjunto realizado na ALMG no dia 19/11 reforça a união e a coragem dos Servidores do TJMG e do MP



Na ALMG, Sandra Silvestrini expõe aos Servidores detalhes sobre a proposta feita pelo TJMG em 18/11



critas no ato de a desmotivação da relação ao TJMG

Dentre os maiores absurdos ressaltados pelos sindicalistas em seus discursos está o “pacto dos poderes”, artifício revelado durante a reunião entre os dirigentes sindicais do Tribunal de Justiça e a equipe de interlocução da presidência do TJMG, o qual teria sido feito entre membros da cúpula de poderes do Estado de Minas Gerais para negar aos trabalhadores direitos adquiridos, como a própria recomposição salarial, e pelos quais os trabalhadores vêm lutando incansável e fortemente.

Os Servidores da 1ª Instância do Judiciário mineiro estão em greve desde o dia 13/10. Já a paralisação dos Servidores do Ministério Público ocorre desde o dia 5/10. Os Servidores da 2ª Instância estão em estado de greve, após terem sido obrigados a declarar o fim do movimento paredista devido ao fato de o TJMG ter julgado a greve da categoria ilegal. Já os Oficiais de Justiça entraram em greve no dia 17/11.



Ato conjunto organizado pelo SERJUSMIG e SINJUS em 11/11 não deixa dúvidas: a vitória depende da nossa união!

Desembargadores aprovam abono discute proposta sobre a pauta c

Na sessão do Órgão Especial do dia 18/11, os desembargadores aprovaram, por maioria, com apenas um voto divergente, o do desembargador Wanderley Salgado de Paiva, anteprojeto que concede abono aos Servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. De acordo com o anteprojeto, o abono é concedido em **caráter extraordinário** para o ano de 2015.

No início das negociações com o TJMG, o presidente havia afirmado que a Casa concederia o abono em substituição à data-base. Caso a categoria (leia-se: sindicato) não aceitasse, ele não concederia nem o abono e nem a data-base.

Porém, independentemente de acordo com os sindicatos, o abono foi pautado pelo presidente do Órgão Especial, com a justificativa de que, dessa forma, os recursos que havia no orçamento não se perderiam (com a virada do ano, o orçamento não utilizado se perde).

Conversa com presidente antes do início da sessão sinalizava para a concessão da data-base 2015

Minutos antes de a sessão ser iniciada, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, abordou rapidamente o presidente do TJMG e pontuou com ele a importância, para os Servidores, da aprovação da data-base (Lei 18.909/2010). Ela argumentou que, ainda que o abono em 2015 fosse uma situação excepcional, isso não daria ao Servidor a segurança de que em anos futuros, de forma ainda que extraordinária, não ocorresse novamente o descumprimento da data-base.

O presidente respondeu que a concessão do reajuste proposto para 2016 (e não aceito pela categoria em AGE) em janeiro do próximo ano não eliminaria o direito da categoria de lutar pela data-base 2016, já que ele não estaria concedendo a data-base 2016 mas, sim, um reajuste (que é diferente de data-base prevista na Lei 18.909/2010).

O QUE HAVIA SIDO DECIDIDO EM AGE

- Os Servidores da 1ª Instância, na AGE do dia 14/11, reiteraram a decisão de **não aceitar a substituição da data-base 2015 por abono**. O que a categoria aceitava era discutir o índice.
- Os Servidores não estavam discutindo ou condicionando suas reivindicações ao valor do abono, mas, sim, ao fato de que não abririam mão de um direito conquistado em 2010 – Lei 18.909, que instituiu a data-base da categoria.

Diante dessa afirmação, e pautada pela decisão da AGE, Sandra apresentou ao presidente do TJMG uma sugestão: **que no lugar do reajuste proposto para 2016 fosse concedida a data-base 2015**. Até porque, o índice da data-base normalmente é discutido somente no ano de sua concessão. O presidente mostrou-se receptivo à proposta, mas não bateu o martelo e, encerrando a conversa, seguiu para a sessão do Órgão Especial, onde aprovou o abono.

Enquanto isso, Servidores protestavam na porta do Palácio da Justiça

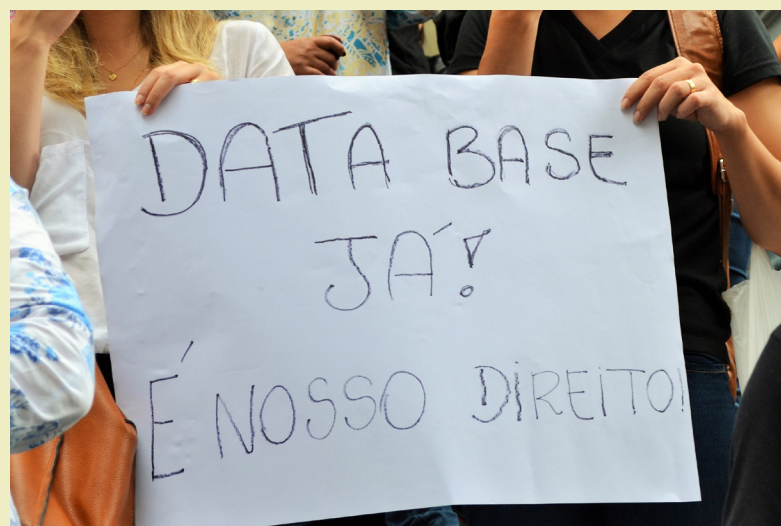
Impedidos de entrar e participar da sessão que votou o abono, os Servidores aguardaram na porta do Palácio da Justiça o final da votação. Durante o tempo que durou a sessão, eles se organizaram em uma manifestação pacífica, entoando gritos de protestos e empunhando cartazes e faixas que traziam dizeres que reivindicavam a data-base 2015.

Audiência de Conciliação

No mesmo dia 18/11, na parte da tarde, o SERJUSMIG participou da Audiência de Conciliação designada nos



Após a sessão do Órgão Especial, presidente do SERJUSMIG relata aos Servidores todos os fatos ocorridos no Palácio da Justiça na manhã do dia 18/11



Abono e audiência de conciliação sobre as reivindicações dos Servidores

autos da Ação Civil que suspendeu a greve da 2ª Instância. Na abertura da reunião, a proposta inicialmente colocada em discussão foi a mesma apresentada na reunião do dia 13/11 e já recusada pela categoria. A presidente do Sindicato informou à relatora o fato de o presidente haver sinalizado e até verbalizado durante a sessão do Órgão Especial que acontecera poucas horas antes, com a possibilidade de se alterar o reajuste 2016 para a data-base 2015.

Sendo assim, a assessoria da desembargadora imprimiu na intranet comunicado da presidência do TJMG sobre a votação da sessão do Órgão Especial que confirmava a manifestação do presidente da Casa sobre a possibilidade de alterar a proposta, concedendo não o reajuste 2016, mas, sim, a data-base 2015.

Ao final da audiência, os três sindicatos assinaram o acordo, sendo que as entidades, inclusive o SERJUSMIG, fizeram a ressalva de que a proposta só poderia ser aceita após discussão em AGE, marcada para o dia 21/11, e caso os Servidores nela presentes a aprovassem.

A íntegra da proposta discutida está disponível no site do SERJUSMIG: www.serjsumig.org.br

AGE do dia 21 vai decidir se categoria aceita ou não a proposta do TJMG

Sandra Silvestrini, acompanhada pelo advogado Humberto Lucchesi, fez questão de deixar claro que a presença dela na audiência e a assinatura da proposta de acordo **não significavam aceitação e nem suspensão da greve**. Esclareceu que somente na AGE do dia 21/11 é que os Servidores que estarão presentes poderiam aceitar ou não a proposta e suspender ou não a greve.

No mesmo sentido, ficou claro que a proposta final redigida também passará pelo crivo do presidente do TJMG.

ENTENDA

O que o TJMG propôs antes da Greve:

- Abono em substituição à data-base, a ser pago em parcela única em janeiro de 2016.
- Reajuste (e não data-base) de 2016, no percentual de 6,28% a ser pago: 2% em janeiro de 2016 e 4,28% em maio do ano que vem.

O que o TJMG propôs após a Greve:

- Abono em caráter extraordinário, a ser pago em parcela única em janeiro de 2016 (extensivo aos aposentados que possuem paridade).
- Data-base 2015 no índice de 6,28%.

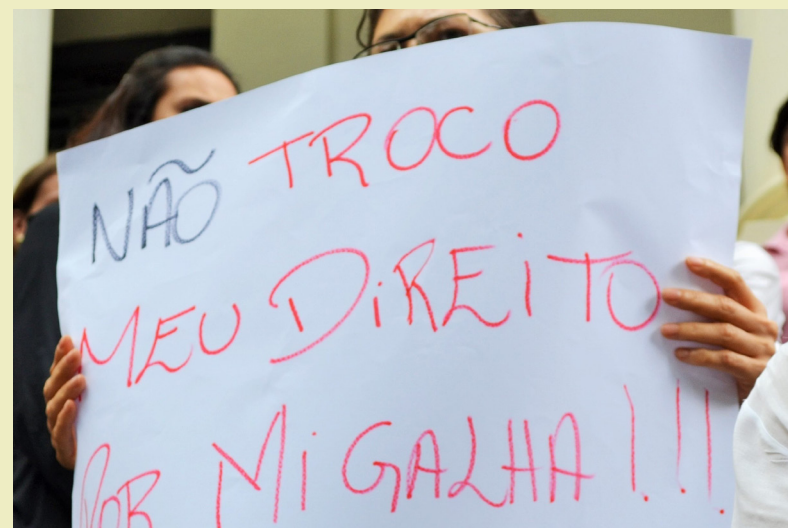
O SERJUSMIG aceitou essa proposta?

O SERJUSMIG assinou a proposta de acordo, na qual consta, **por escrito**, que **somente a categoria, em AGE***, poderá decidir sobre a aceitação ou não da proposta, bem como sobre o fim ou não da greve.

***A AGE acontecerá no dia 21/11. Acompanhe as notícias em nosso site e fique atento a tudo o que foi deliberado.**

E sobre o Auxílio-Saúde?

Durante a sessão do Órgão Especial, o presidente do TJMG declarou que está estudando a viabilidade de um Plano de Saúde para os Servidores - e que poderá vir a incluir os magistrados, em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Ministério Público Federal contra a concessão do auxílio-saúde pago aos magistrados mineiros, a ser instituído em 2016. O presidente afirmou que já está em andamento um estudo técnico sobre isso.



Dirigentes do SERJUSMIG buscam apoio em Brasília contra atos antissindiciais do TJ



Os diretores do SERJUSMIG (ao centro) se encontraram com o presidente da OAB-MG, Luís Chaves (dir), e com o presidente das Comissões de Direito Sindical da OAB, Bruno Figueiredo

Uma sessão solene em homenagem aos 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi realizada em 10/11 no Congresso Nacional. Estiveram presentes à cerimônia nomes importantes da história da Ordem, assim como ministros das cortes superiores, tribunais regionais federais e autoridades da justiça federal e entidades de classe da advocacia e magistratura.

Para participar do evento, os dirigentes do SERJUSMIG Rui Viana e Antônio Costa seguiram para Brasília a fim de aproveitar a oportunidade e as presenças para pedir o apoio em favor da resolução da situação crítica vivenciada pelos Servidores do Judiciário mineiro. Na ocasião, os sindicalistas se encontraram com o presidente da OAB-MG, Luís Cláudio da Silva Chaves, e também com o presidente das Comissões de Direito Sindical da OAB Federal e da OAB-MG, Bruno Reis de Figueiredo.

Os dirigentes do SERJUSMIG atualizaram os representantes da OAB sobre todos os fatos que envolvem



Antônio Costa e Rui Viana se reuniram com o deputado federal Padre João (PT) para pedir apoio à luta da 1ª instância

a grave situação dos Servidores em relação à Administração do TJMG, inclusive sobre os processos movidos contra o Sindicato, sua presidente, Servidores, além do desrespeito a direitos como a revisão geral salarial e do exercício de greve. Os sindicalistas se encontraram também com o deputado Padre João (PT-MG), ao qual puderam expor esse gravíssimo quadro e, da mesma forma, pedir-lhe o apoio.

Na entrada do Congresso Nacional, antes da cerimônia, o SERJUSMIG providenciou a panfletagem de material informativo, que relatava as práticas antissindiciais das quais os Servidores do TJMG vêm sendo vítimas.

CNJ

No mesmo dia, os diretores foram também à sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o mesmo objetivo de dar visibilidade ao que está acontecendo em Minas e buscar apoio do Órgão na solução do conflito.



O SERJUSMIG distribuiu panfletos na entrada da sessão solene em homenagem à OAB

“A receptividade de todos com quem conversamos foi muito boa, pois eles compreenderam a gravidade da situação e a legitimidade de nossa luta. Todos disseram que se empenharão para que haja uma solução mais rápida e justa para essa grave situação”, disse Rui Viana.



Os dirigentes compareceram também ao CNJ, onde se encontraram com o advogado do SERJUSMIG, dr. Arão Gabriel

Correios